

PROPOSTA DE DOAÇÃO: DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS SETORIAIS VISANDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL

PLANO DE TRABALHO

1. CONTEXTO

Este Plano de Trabalho busca organizar o conjunto de informações necessárias à implementação da proposta de doação ao município de São Paulo realizada pelas entidades da sociedade civil Fundação Tide Setubal, Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo (IABsp) e BEÍ Editora, denominada "Diagnóstico participativo para elaboração de projetos de integração de políticas setoriais visando o desenvolvimento local". Esta iniciativa é inspirada no conceito urbanismo social, conjunto de políticas públicas pensadas para reduzir as desigualdades sociais intraurbanas, implementadas em especial em Medellín, na Colômbia.

Esta proposta se insere em um contexto de interesse comum entre as partes e do entendimento da importância da elaboração de projetos de integração de políticas setoriais visando o desenvolvimento de territórios vulneráveis. Para além do interesse comum compõem o contexto de realização do trabalho o marco legal atual e iniciativas do município em torno do tema, bem como, a experiência das três entidades doadoras.

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei Municipal nº 16.050 de 31 de julho de 2014) estabeleceu um conjunto de elementos para orientar transformações estratégicas do território, entre elas, a Rede de Estruturação Local, responsável por articular as políticas públicas setoriais no território, garantir os direitos de cidadania, reduzir as desigualdades socioespaciais e gerar novas centralidades em regiões menos estruturadas, além de qualificar as existentes.

Com esta lógica, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SMDU), desenvolveu um conjunto de ações visando a implementação do projeto denominado Territórios CEU, cujos conteúdos estão disponíveis no link: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/territoriosceu/>.

A Fundação Tide Setubal é uma organização não governamental familiar cuja missão é fomentar iniciativas que promovam justiça social e o desenvolvimento sustentável de periferias urbanas e que reduzam as desigualdades socioespaciais em grandes cidades. São objetivos estratégicos das suas ações: ampliação da transparência dos gastos públicos, fortalecimento da sociedade civil das periferias urbanas, expansão do debate sobre desigualdades educacionais, disseminação de experiências e práticas promotoras de equidade racial e de gênero. Atua há 14 anos no bairro do Jardim Lapenna, área de vulnerabilidade da cidade, tendo desenvolvido junto à comunidade local um trabalho de metodologia participativa para o planejamento urbano, com a elaboração de um Plano de Bairro para o Jardim Lapenna.

O Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo (IABsp), fundado em 1943, é uma associação civil, de caráter cultural, sem fins econômicos e lucrativos, de natureza privada, que congrega arquitetas e arquitetos urbanistas articulados em prol da construção democrática e sustentável das cidades e da prática da arquitetura e do urbanismo como meio para enfrentar as desigualdades socioespaciais no Brasil e atender as necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

A BEI Editora, para além de sua atividade editorial, organiza as plataformas Arq.Futuro, fórum de discussão sobre o futuro das cidades, e Por quê? – Economês em bom português, projeto voltado para a educação, discussão e divulgação de temas econômicos para o público não especializado.

As três entidades apresentaram a Proposta de Doação considerando o interesse das entidades na implementação de projetos de integração de políticas setoriais visando o desenvolvimento local como meio para promover a inclusão social, a cidadania participativa, o

SMULCABINETE
Entrada 06/04/20
Número 13.23
Nome - Pamela

desenvolvimento econômico-social, o fortalecimento comunitário e a qualificação do espaço urbano. Tais projetos devem ser amparados por diagnósticos participativos, que por isso, integram a doação. Esta doação se insere, ainda, no contexto de constituição de um pacto entre diferentes entidades da sociedade civil para o desenvolvimento de ações voltadas à redução das desigualdades socioespaciais, do qual participam as três entidades doadoras.

A proposta de doação foi embasada no Decreto Municipal nº 58.102 de 23 de fevereiro de 2018 que prevê, em seu artigo 18, a possibilidade de qualquer pessoa física ou jurídica apresentar proposta de doação de bem, exceto imóvel, bem como de doação de direito e serviço, sem ônus ou encargos, perante quaisquer órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Serviços Sociais Autônomos, a qualquer tempo e por qualquer meio legítimo.

A aceitação da doação pelo município, por sua vez, justificou-se por razões diversas, com destaque para: a importância do trabalho proposto; sua aderência aos princípios, diretrizes e objetivos do Plano Diretor Estratégico do Município (16.050/2014); sua compatibilidade com Objetivos Estratégicos do Programa de Metas (2019-2020), em especial, à integração das políticas urbanas e sociais em curso na cidade.

É neste contexto e em atendimento à normatização do processo de doação estabelecido no Decreto Municipal nº 58.102 de 23 de fevereiro de 2018 que foi elaborado este Plano de Trabalho.

2. ESCOPO DO TRABALHO

Este capítulo apresenta os conteúdos centrais dos serviços a serem doados ao município, considerando: objeto, objetivos, eixos temáticos e áreas de abrangência.

2.1 Objeto da doação

Elaboração de metodologia, realização de diagnóstico participativo e formulação de diretrizes para elaboração e implementação de projetos de integração de políticas setoriais, em gestão compartilhada com a sociedade civil, com vistas a melhoria da qualidade de vida em áreas específicas do Município de São Paulo.

O diagnóstico participativo e as diretrizes de ação, compreendidos no objeto da presente proposta, serão elaborados em diálogo constante com as comunidades das áreas específicas inseridas na doação.

2.2 Objetivos

Promover a melhoria da qualidade de vida da população que vive em áreas de alta vulnerabilidade urbana, social e ambiental por meio da promoção de intervenções urbanísticas e sociais integradas.

2.3 Eixos temáticos

O desenvolvimento deste plano de trabalho está organizado nos seguintes Eixos Temáticos:

- a) **Participação Social:** Abrange a formulação de metodologia e implementação do processo participativo com a população das áreas incluídas na doação, compreendendo: definição dos instrumentos para realização de consultas à população nas diferentes etapas do projeto; realização do processo participativo; sistematização das propostas apresentadas pela população; e devolutiva desta sistematização para as comunidades.
- b) **Desenho e Intervenção Urbana:** Abrange o diagnóstico e a formulação de propostas de intervenções urbanas, tais como: elaboração de projetos e acompanhamento da implementação destes nos territórios, caso existam, durante a vigência deste Plano.

- c) **Melhoria e Integração dos Serviços Públicos:** Eixo voltado para realização do diagnóstico e desenvolvimento de diretrizes para melhoria da qualidade e integração dos serviços públicos prestados, a partir de base de dados coletados sobre diferentes políticas públicas e das consultas à população local nas três áreas de abrangência deste Plano.
- d) **Governança Compartilhada:** Eixo voltado ao desenvolvimento de estudos jurídicos de modelos de governança que permitam o planejamento e gestão de equipamentos sociais e as respectivas áreas de abrangência considerando a integração de políticas públicas para além do período da vigência das ações inscritas no Termo de Doação.
- e) **Indicadores e Monitoramento de Impacto:** Eixo voltado ao desenvolvimento de matriz para análise dos impactos das intervenções propostas nas três áreas de abrangência deste Plano.

Cada um destes eixos será acompanhado da constituição de um grupo de trabalho que tem como objetivo apoiar tecnicamente as partes envolvidas na elaboração dos Produtos previstos neste Plano de Trabalho.

2.4 Áreas de Abrangência

Os perímetros de referência definidos para realização do diagnóstico participativo e das diretrizes para elaboração de projetos de integração de políticas setoriais compreende três áreas específicas, conforme perímetros contidos no Anexo 1 do Termo de Doação:

- a) CEU Pinheirinho D'água;
- b) CEU Parque Novo Mundo;
- c) Bairro Jardim Lapenna.

3. REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

A proposta de doação objeto deste Plano de Trabalho tem como referência metodológica principal o Urbanismo Social. Trata-se de estratégia de intervenção urbana implementada em experiências que vêm sendo desenvolvidas na Colômbia, a partir dos anos 1990, focada na articulação de políticas urbanas que visam levar aos bairros em que há mais violência os mesmos serviços e equipamentos públicos que existem nas áreas mais consolidadas da cidade.

3.1 Referências Conceituais: urbanismo social colombiano

As cidades latino-americanas apresentam, há várias décadas, os maiores índices de violência do mundo, ocupando 42 das 50 primeiras posições do ranking global de cidades com as maiores taxas de homicídio de 2017. Pobreza, exclusão social e sucessivas crises econômicas restringem as oportunidades de educação e trabalho dos jovens moradores de bairros pobres. Em contrapartida, o tráfico de drogas e outras formas de crime organizado prosperam e empregam parte desses jovens, atraindo-os com a promessa de dinheiro e status.

O caso de Medellín, na Colômbia, é emblemático nesse sentido. Uma cidade que, nos anos 1990, chegou a apresentar os mais altos índices de homicídio do mundo, atingindo o ápice de 380 por 100 mil habitantes no ano de 1991 (para a ONU, valores acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes já representam níveis epidêmicos de violência letal). Os números de Medellín eram altos em razão da disseminação de armas de fogo na sociedade e exacerbados pelo conflito armado entre facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas. O sucesso da Colômbia e, especialmente, de Medellín em reduzir esses índices é um caso excepcional: hoje, a taxa de homicídios de Medellín caiu para 20 por 100 mil.

O que garantiu a perenidade da queda dos índices de violência de Medellín foi, sobretudo, um conjunto de políticas públicas pensadas para reduzir as desigualdades sociais intraurbanas e garantir que os moradores dos bairros pobres tivessem acesso aos serviços públicos oferecidos nos bairros de classe média. Esta iniciativa, denominada o urbanismo

social, iniciativa que consiste em identificar e sanar as lacunas deixadas pelo Estado, priorizando os aspectos que mais têm impacto sobre a segurança. Ações policiais de diferentes níveis federativos para reverter o poder paralelo de grupos armados também tiveram considerável importância.

Tais inovações também só foram possíveis em função da elaboração de um conjunto de instrumentos de planejamento e gestão, tais como o Plano de Ordenamento Territorial de Medellín (Acordo 62/99, atualizado em 2006 e 2014), o Plano de Desenvolvimento Municipal – PDM 2001-2003, o Projeto Urbano Integral (PUI) e a governança instaurada, sobretudo por meio da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EDU.

Dentre os componentes desta experiência bem sucedida destacam-se a estratégia de intervenção urbana conectando equipamentos centrais destes territórios com territórios vizinhos e às áreas centrais da cidade; a integração de diferentes políticas públicas com foco na melhoria da oferta de serviços locais, a adoção de modelos inovadores de governança compartilhada entre comunidade e diferentes agentes privados e público e o monitoramento dos impactos, ao longo do tempo, deste conjunto de intervenções realizadas.

No Brasil já existe um conjunto de instrumentos jurídicos que permitem que ações similares sejam efetivadas a partir de parcerias entre poder público e sociedade civil. Entre eles se destaca o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei Federal nº 13.019/2014, por meio do qual Organizações da Sociedade Civil (OSC) podem apresentar propostas de parceria ao Poder Público. Tais propostas devem ser feitas por meio do Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS) que devem conter a identificação do interesse público envolvido, o diagnóstico da realidade objeto da parceria e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Cabe registrar ainda algumas experiências nacionais de qualificação dos espaços e serviços públicos em bairros atingidos pela violência, inspirados na experiência da Colômbia, como a UPP Social, vinculada às Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro e os Compaz – Centros Comunitários da Paz, de Recife.

3.2 Elementos Disponíveis e Fontes de Referência

Para realização deste plano de trabalho serão utilizadas, principalmente, as seguintes fontes de referência:

- Planos Regionais das Subprefeituras (Decreto Nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016);
- Cadernos dos Quadros Analíticos e dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras, disponíveis no link: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>;
- Planos das Políticas Setoriais;
- Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo 2019-2020;
- Regimento Padrão dos Centros Educacionais Unificados – CEUs (Decreto Nº 57.478, de 28 de novembro de 2016);
- Projeto dos Territórios CEU, publicados na plataforma Gestão Urbana;
- "Territórios de Direitos, um guia para construir um plano de bairro com base na experiência do Jardim Lapenna", Guia elaborado pela Fundação Tide Setúbal.
- "Urbanismo e Segurança Pública", publicação realizada pelo Arq.Futuro e Escola da Cidade como resultado do Seminário Urbanismo e Segurança Pública, 2019.
- Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei Federal nº 13.019/2014
- Plan de Desarrollo 2004-2007 "Medellín, compromiso de toda la Ciudadanía", disponível em:
https://www.medellin.gov.co/irj/go/km/docs/pccdesign/SubportaldelCiudadano_2/PlandeDesarrollo_0_0_0/Shared%20Content/pdf%20codigo%20buen%20comienzo/Texto%20Completo%20Acuerdo%20Plan.pdf

4. PLANEJAMENTO EXECUTIVO: DETALHAMENTO DAS ETAPAS, ATIVIDADES E PRODUTOS

O conjunto das ações que se caracterizam como o objeto da doação, será dividido nas seguintes etapas, atividades e produtos:

4.1- ETAPA 01: ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DO PROJETO

Etapa inicial de trabalho que se refere à elaboração da metodologia participativa para desenvolvimento dos trabalhos e identificação das demandas locais. Trata-se de metodologia que se pretende replicável em outras intervenções similares e será utilizada nos três perímetros objeto da doação.

a) Atividades principais:

- Definição da metodologia de participação;
- Realização de visitas preliminares aos territórios, se possível;
- Detalhamento e programação das atividades relativas à participação.

b) Produto(s) da Etapa 01:

PRODUTO 1 - Metodologia de Trabalho Proposta para o conjunto dos trabalhos.

4.2- ETAPA 02: LEVANTAMENTO DE DADOS DE CADA PERÍMETRO

Etapa que diz respeito ao conjunto de atividades a ser desenvolvido em cada perímetro objeto da doação abrangendo o levantamento de estudos, projetos, programas, informações existentes acerca das áreas, bem como, a atualização de dados existentes, quando for o caso.

A coleta e análise de dados deve abordar, no mínimo, as seguintes dimensões:

- Perfil e tendências demográficas, contendo os principais indicadores sociais, características das populações residentes, a condição dos assentamentos e de renda e escolaridade;
- Características das principais organizações da sociedade civil existentes no território;
- Condições de micro mobilidade, incluindo calçadas, iluminação pública, ciclovias (existentes e potenciais) e identificação dos principais problemas de circulação;
- Contexto ambiental, incluindo a presença de áreas públicas, áreas verdes, recursos hídricos, conflitos socioambientais e ocorrências de alagamentos e áreas de risco;
- Perfil e as condições de desenvolvimento econômico, incluindo a estrutura de postos de trabalho formais e informais, a oferta de instituições de ensino técnico e superior;
- Dados gerais dos equipamentos públicos de políticas e serviços essenciais.

a) Atividades principais:

- Definição do conjunto de dados entendidos como necessários e suas fontes;
- Levantamento e análise de dados secundários;
- Mapeamento dos atores locais e institucionais, das instâncias de participação social e dos projetos correlatos realizados previamente nestes territórios;
- Produção de um diagnóstico preliminar a partir dos dados coletados para subsidiar as ações previstas para a próxima etapa.

b) Produto da Etapa 02:

PRODUTO 2 - Relatório de apresentação e análise dos dados coletados de cada perímetro.

4.3- ETAPA 3: IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DE CADA PERÍMETRO EM CONJUNTO COM AS POPULAÇÕES LOCAIS

Etapa que concentra as atividades de diálogo com a população de cada perímetro objeto da doação com vistas à identificação das demandas associadas ao escopo do Urbanismo Social.

a) Atividades principais:

Abrange, além de outros elementos que venham a ser definidos pela Metodologia Proposta, as seguintes atividades:

- Diálogo com as comunidades locais para identificação de diferentes demandas conforme metodologia desenvolvida na Etapa 1;
- Sistematização das demandas e soluções urbanas, sociais e ambientais levantadas a partir do processo participativo.

b) Produtos da Etapa 03:

PRODUTO 3 - Relatório com as atividades realizadas com as comunidades locais de cada perímetro e sistematização das contribuições apresentadas pelas comunidades locais de cada perímetro.

4.4- ETAPA 4: FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS SETORIAIS DE CADA PERÍMETRO

Etapa de formulação e debate de propostas incluindo os diversos eixos que compõem o trabalho.

a) Atividades principais:

Tem como principais atividades relacionadas, além de outros elementos que venham a ser definidos pela Metodologia Participativa a ser proposta:

- Sistematização de diretrizes e propostas para elaboração de projetos de integração de políticas setoriais visando o desenvolvimento local das áreas selecionadas nos 5 eixos temáticos descritos no item 3.2.;
- Apresentação das propostas (estratégias e prioridades) junto à Prefeitura do Município de São Paulo;
- Apresentação e diálogo com as comunidades locais sobre as diretrizes e propostas de implementação;
- Elaboração dos projetos básicos de arquitetura e urbanismo suficientes para licitação de obras referente à Qualificação Viária, Mobilidade e Caminhabilidade para as Ruas Rafael Zimbardi (Padrão "Rua Completa"), Rua Dr. Almiro dos Reis, Rua Nordestina e Rua José Gory no Jardim Lapenna.
- Definição preliminar de um fluxo lógico geral identificando ações realizadas pelo setor público, por organizações do terceiro setor e por empresas em áreas vulneráveis e como elas podem afetar indicadores de resultado socioambiental (teoria da mudança);

b) Produtos da Etapa 04:

São Produto(s) da Etapa 04:

- PRODUTO 4A: Relatório com a sistematização das diretrizes para implementação de projetos de integração de políticas setoriais visando o desenvolvimento local das áreas selecionadas, incluindo estudos sobre instrumentos para o aprimoramento da governança e gestão;
- PRODUTO 4B: Projeto Básico de Intervenção Urbana para a requalificação de um conjunto de ruas e espaços públicos inscritos no bairro do Jardim Lapenna;
- PRODUTO 4C: Versão preliminar da metodologia e instrumentos para o monitoramento e avaliação dos impactos dos projetos integrados nas três áreas de abrangência estabelecidas.

4.5- ETAPA 05: RELATÓRIO FINAL

Etapa de sistematização da versão final dos produtos técnicos doados

a) Atividades principais:

- Elaboração do Relatório Final, consolidando os resultados das atividades realizadas e dos debates e devolutivas em cada um dos eixos temáticos propostos, abrangendo:
 - Sistematização do processo participativo realizado, incluindo os diagnósticos elaborados e as diferentes demandas identificação em cada território;
 - Propostas de intervenção e melhoria da integração dos serviços públicos, considerando as contribuições apresentadas pelas comunidades locais;
 - Recomendações sobre a governança compartilhada;
 - Metodologia e instrumentos para o monitoramento e avaliação dos impactos dos projetos integrados nos três perímetros estabelecidos, incluindo a análise e priorização dos indicadores a serem acompanhados (painel de indicadores).

b) Produtos da Etapa 05:

PRODUTO 05: Relatório Final, com a sistematização do processo de trabalho e seus resultados consolidados.

5. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

As responsabilidades das partes para concretização da doação estão descritas nos itens a seguir.

5.1. RESPONSABILIDADES DAS DOADORAS:

- Executar o objeto da proposta de doação, diretamente ou por meio da contratação de instituições capacitadas para tanto;
- Observar o cronograma previamente definido;
- Proceder com as correções, ajustes e revisões necessárias para sanar eventuais falhas e defeitos ocasionados por si ou por seus subcontratados que sejam porventura identificados;
- Disponibilizar os conteúdos finais relacionados aos produtos doados em formato aberto.

5.2 DAS RESPONSABILIDADES SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO:

- Prestar todas as informações e fornecer os dados, documentos, esclarecimentos, de caráter público, que se fizerem necessários à execução dos trabalhos, mediante demanda fundamentada das DOADORAS, inclusive aqueles referentes aos trabalhos já realizados no Projeto Território CEU para os perímetros apontados, incluindo levantamento, projeto, entre outros;
- Designar Equipe Técnica de avaliação dos trabalhos para análise e aprovação dos produtos doados;
- Analisar e aprovar os produtos intermediários e o Relatório Final elaborado pelas DOADORAS;

6. CRONOGRAMA

ETAPAS E ATIVIDADES	Dias corridos				
	20	45	105	150	180
ETAPA 1. Elaboração da metodologia participativa (20 dias corridos)					
Definição da metodologia de participação.					

Realização de visitas preliminares aos territórios, se possível.					
Detalhamento e programação das atividades relativas à participação.					
ETAPA 2. Levantamento de informações existentes acerca das áreas, bem como, a atualização de dados existentes, quando for o caso (45 dias corridos)					
Definição do conjunto de dados entendidos como necessários e suas fontes.					
Levantamento e análise de dados secundários.					
Mapeamento dos atores locais, das instâncias de participação social e dos projetos.					
Produção de diagnóstico preliminar a partir dos dados coletados para subsidiar as ações previstas.					
ETAPA 3. Aplicação de atividades de diálogo com a população dos perímetro com identificação das demandas associadas ao escopo do Urbanismo Social (105 dias corridos)					
Diálogo com as comunidades locais para identificação de diferentes demandas.					
Sistematização das demandas e soluções urbanas, sociais e ambientais levantadas					
ETAPA 4. Formulação de propostas incluindo os diversos eixos que compõem o trabalho. Etapa com entrega de 3 produtos, 4A, 4B e 4C (150 dias corridos)					
Sistematização de diretrizes e propostas para elaboração de projetos de integração de políticas setoriais visando o desenvolvimento local das áreas selecionadas.					
Apresentação das propostas (estratégias e prioridades) junto à PMSP.					
Apresentação e diálogo com as comunidades locais sobre as diretrizes e propostas					
Elaboração dos projetos básicos de arquitetura e urbanismo suficientes para licitação de obras referente à Qualificação Viária, Mobilidade e Caminhabilidade.					
Definição de um fluxo lógico geral identificando ações realizadas pelo setor público, terceiro setor e empresas em áreas vulneráveis (teoria da mudança).					
ETAPA 5. Etapa de sistematização da versão final dos produtos técnicos doados (180 dias corridos)					
Sistematização do processo participativo realizado, incluindo os diagnósticos elaborados e as diferentes demandas identificação em cada território.					
Propostas de intervenção e melhoria da integração dos serviços públicos, considerando as contribuições apresentadas pelas comunidades locais.					
Recomendações sobre a governança compartilhada.					
Metodologia e instrumentos para o monitoramento e avaliação dos impactos dos projetos integrados nos três perímetros estabelecidos (painel de indicadores).					

São Paulo, 03 de Abril de 2020